

## *DOCTRINA*

<b>Alexander Araujo de Souza</b> - Ministério Público: de Onde Vim, Quem Sou, para Onde Vou?.....	3
<b>André Luiz de Souza Cruz</b> - Desaparecimento: entre o Direito de Liberdade e a Dignidade da Pessoa Humana.....	33
<b>Arion Sayão Romita</b> - Princípios Jurídicos no Direito Romano?.....	55
<b>Bárbara Nascimento</b> - Imperadores da Informação: Poder e Censura na Internet.....	93
<b>Bruno dos Santos Guimarães</b> - O Pós-Positivismo e as suas Razões - Pequeno Ensaio Expositório. Uma Breve Análise das Fontes Básicas do Direito.....	109
<b>Emerson Garcia</b> - Aferição da Proporcionalidade da Pena Cominada à infração penal: uma interpretação constitucionalmente (in)correta.....	125
<b>Gustavo Tepedino</b> - O Princípio da Função Social no Direito Civil Contemporâneo.....	141
<b>Marcelo Novelino</b> - O STF e a Opinião Pública.....	155
<b>Marcelo Daltro Leite</b> - Ação Coletiva de Greve.....	181
<b>Ricardo Diego Nunes Pereira</b> - Direito Judicial Criativo (para uma Teoria Prática do Direito).....	193

## *OBSERVATÓRIO JURÍDICO*

<b>Ives Gandra da Silva Martins</b> - O Acesso à Informação Prevista em Lei é Geral e Irrestrito? - Não.....	207
<b>Claudio Tenorio Figueiredo Aguiar</b> - Legitimidade Ativa do PGJ do Ministério Público Estadual para o Controle Concentrado de Constitucionalidade em Abstrato perante o STF uma Vez Demonstrado o Interesse Regional ou Local a Ser Tutelado.....	211

## *MONOGRAFIA*

<b>Bruno de Sá Barcelos Cavaco</b> - Breves Apontamentos sobre o PL 7.169/14 da Câmara dos Deputados e a Sistematização da Mediação no Ordenamento Brasileiro.....	225
--	-----

## PEÇAS PROCESSUAIS

### Pareceres

**Emerson Garcia** - Representação de Inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 4/2008, do Município de Barra do Piraí, que alterou o Plano Diretor sem assegurar qualquer espécie de participação popular. Violação ao princípio da gestão democrática e participativa que se extrai do art. 359, *caput*, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Parecer pela declaração de inconstitucionalidade da lei impugnada, com a correlata reprimenda da legislação revogada..... 265

**Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho** - Arguição de Inconstitucionalidade. Lei nº 1.390/2004, do Município de Arraial do Cabo, que institui “alvará para barcos de turismo” mediante pagamento de taxa anual. Cláusula de Reserva de Plenário prevista no artigo 97 da Carta Magna. Competência da União para explorar e legislar privativamente sobre navegação marítima e regime dos portos (arts. 21, XII, d e f, e 22, X, da CF). Taxa que só pode ser instituída em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição (art. 145, II, CF). Parecer pelo acolhimento do incidente, com eficácia exclusivamente endoprocessual..... 271

**Marcelo Daltro Leite** - Ação direta de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 6.528/2013. Norma que esclarece conceitos jurídicos indeterminados constantes das normas constitucionais federal e estadual, as quais dispõem sobre o direito fundamental de reunião. Direito de reunião como expressão coletiva do direito de livre expressão de pensamento. Constitucionalidade da norma que veda o uso de meios para encobrir o rosto, posto que este é o elemento de identificação da pessoa por excelência. Improcedência dos pedidos iniciais formulados em ambas as representações. Declaração de constitucionalidade da Lei Estadual n. 6.528/2013..... 277

**Marcellus Polastri Lima** - Parecer do Ministério Público. Associações para o tráfico com outros grupos preexistentes. Crime organizado horizontalmente. Condenação pela prática de várias associações..... 297

**Sávio Renato Bittencourt Soares Silva** - Apelação. Adoção por tio-avô, que já tem paternidade socioafetiva com o adolescente, preservando-se o poder familiar da genitora biológica. Inexistência de nulidade na prolação de sentença por juiz removido. Ausência de prejuízo. Juiz lotado na comarca que ratificou a sentença em Sede de juízo de retratação. Estudos social e psicológico que demonstram o forte vínculo entre requerente e o adolescente, tal qual pai e filho. Paternidade socioafetiva configurada. Regularização que traz benefícios para o adolescente. Dignidade da pessoa humana. Direitos prioritários. Parecer pelo conhecimento e desprovimento do recurso..... 309

**Sérgio Bumaschny** - Direito Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade tendo por objeto Lei do Estado do Rio de Janeiro que impõe aos contribuintes, como condição para a obtenção de incentivos ou isenções fiscais junto à Fazenda Pública fluminense, a reserva de dez por cento das vagas de seus quadros de funcionários ao primeiro emprego..... 327